

O quadro a seguir, apresenta à definição da dimensão material e relacional da vulnerabilidade social, encontrada na Concepção de Convivência publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e baseada nos estudos do sociólogo francês, Serge Paugam.¹

DIMENSÕES DA VULNERABILIDADE SOCIAL

DIMENSÃO MATERIAL Está relacionada com a situação socioeconômica e a dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos **EVIDÊNCIAS** Famílias vulneráveis em decorrências das situações de pobreza que necessitem de: Programas de Transferência de Renda – PTRs; Benefícios eventuais; Atendimentos de serviços de outras políticas setoriais, como educação, saúde, habitação.

DIMENSÃO RELACIONAL Envolve a rede de convívio considerando a dinâmica interna das famílias e as relações destas com o território de pertença. A dimensão relacional é composta por 4 tipos de vínculos, interligados e complementares que compõem o tecido social: Filiação/Parentesco/ou a relação pai-filho, sejam eles biológicos ou adotados. 1 Filiação de natureza eletiva: envolve a rede de relacionamento no território, como grupo de amigos, comunidades, grupos religiosos, esportivos, culturais. 2 Filiação orgânica relacionada a possibilidade de acessar o trabalho ou atividades produtivas que possibilite atingir a proteção social e resgatar o sonho de futuro, por meio do trabalho. 3 Vínculo de cidadania expressa o sentimento cívico e de pertencimento.

Considerando estes estudos, o trabalho social a ser desenvolvido com as famílias deverá estar pautado nas diversas expressões da questão social presente nos territórios e manifesta através de desemprego, subemprego, baixa escolaridade, fragilidade dos vínculos relacionais, de pertencimento e de sociabilidade, em decorrência do ciclo da vida, por estigma racial, de gênero ou ainda por orientação sexual e nas singularidades e a dinâmica das famílias usuárias dos serviços, bem como a sua rede de relações, visto que muito das dificuldades vivenciadas por elas, estão relacionadas ao contexto social em que vivem e ao acesso precário aos bens e serviços.

Deve ser realizado de forma integrada e participativa com os usuários e suas famílias, de modo a ampliar o universo cultural, promover o protagonismo, desenvolver potencialidades, estimular a participação comunitária e criar/desobstruir / ampliar os canais de comunicação entre os membros e com os agentes externos.

Nesse sentido o trabalho social a ser desenvolvido pelo SCFV, se ocupará em trabalhar a dimensão relacional das famílias para prevenir situações de risco, tendo como resultado o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Contudo as famílias também poderão apresentar vulnerabilidades que envolvam a dimensão material, o que implicará em ações socioassistenciais, configurando ações de referência e contra-referência.

Para tanto, ao organizar o trabalho socioeducativo que será desenvolvido em conjunto com as famílias, os profissionais do SCFV, poderão agrupar estas atividades em três situações: Atividades de Atendimento Individualizado, Reuniões socioeducativas e Atividades de Acompanhamento Social das famílias em situação de gestão integrada.

* Atividades Individualizadas

Este eixo norteador deverá apresentar as atividades realizadas individualmente com cada família, visando à superação das vulnerabilidades identificadas e o fortalecimento de sua função protetiva e o desenvolvimento de sua autonomia. A organização da grade das atividades com as famílias deve prever: acolhida e escuta; visita domiciliar; orientação e encaminhamento ao CRAS e a outras políticas públicas; elaboração do Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU elaboração de relatórios; manutenção de prontuários e registro de informações de gestão, definidos pela SMADS.

* Reuniões socioeducativas com as famílias dos usuários

Neste eixo, devem ser descritas as atividades de trabalho social coletivas, realizadas com as famílias usuárias. O objetivo central é o fortalecimento de vínculos afetivos e solidários, por meio da avaliação de temas de interesse das famílias, apresentação e avaliação do trabalho realizado com as crianças e os adolescentes.

* Reuniões socioeducativas com as famílias em acompanhamento pelo CRAS ou CREAS, famílias do PETI e famílias em descumprimento de condicionalidades.

Este eixo norteador deverá contemplar as reuniões realizadas com as famílias dos usuários do serviço que estão em gestão integrada, visando a sua compreensão no que se refere às condicionalidades do Programa Bolsa-Família e do Programa PETI, enquanto direito de cidadania tanto para o acesso quanto para a permanência na rede de serviços das políticas públicas de saúde, educação e assistência social; ao ciclo de vida do jovem e a importância da formação educacional para o acesso e permanência no mundo do trabalho; à sua capacidade de aprimoramento profissional e educacional com vistas à inclusão qualificada no mundo de trabalho do trabalho.

Metas

* Sistematizar, com dias e horários, o atendimento de escuta, orientações e encaminhamento, para as famílias do serviço; * Sistematizar reunião trimestral com as famílias dos usuários; * Sistematizar acompanhamento familiar em conjunto com o CRAS/CREAS para as famílias em situação prioritária.

Dimensão: Trabalho com os profissionais

A Dimensão Trabalho com os Profissionais está calçada no princípio da Educação Permanente previsto na Política Nacional de Assistência Social. No âmbito da cidade de São Paulo a SMADS, por meio da Coordenadoria do Aprender São Paulo - ES-PASO formulou o Plano Municipal de Educação Permanente, que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social- COMAS/SP, dirigido aos servidores públicos e aos profissionais dos serviços conveniados com o objetivo de promover o aprimoramento de habilidades e competências necessárias ao desempenho de suas atribuições como operadores da Política de Assistência Social.

É importante destacar que o Plano Municipal de Educação Permanente da SMADS foi construído a partir do pensamento de Paulo Freire, onde:

“A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 2006, p. 20).

Nesse sentido, o profissional que atua no SCFV, deve estar disponível para o aprendizado constante, a fim de:

* conhecer quais são os objetivos do SCFV onde trabalha, bem como suas atribuições e dos demais profissionais para que possa cumprir com aquilo que é esperado dele; * estar preparado para lidar com situações diferenciadas para as quais, necessariamente, não tem respostas prontas; * saber escutar e dialogar, o que supõe o respeito pelo saber do outro e reconhecer sua identidade cultural; * ter capacidade de estabelecer vínculos.

Nas palavras de Freire, isso só será possível se houver um diálogo constante, que leve a construção e a reconstrução do conhecimento. Ele também destaca que a aprendizagem ela pode estar em múltiplos ambientes. Não a aprendizagem formal, responsabilidade da Política de Educação, mas como diria Mário Sérgio Cortella em seu artigo “Aprendendo na Escola e na ONG”,

“Não podemos esquecer que a educação é um fenômeno existencial: acontece do momento em que nascemos até a hora em que perecemos. Trata-se de um fenômeno vital que, portanto, só acontece enquanto estivermos vivos. Nós, seres humanos,

temos alguns defeitos fantásticos. Por exemplo, não nascemos sabendo, o que nos possibilita aprender qualquer coisa. Mais do que a possibilidade, temos a necessidade de aprender”.

Portanto, não importa se não estamos na escola, nossos usuários sejam eles crianças, adultos ou idosos estão aptos a aprender. Nas condições da verdadeira aprendizagem, os usuários vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado de todo profissional que atua no SCFV, igualmente sujeito do processo, onde quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 2006, p. 29). Entendemos também que deve se respeitar o princípio da equidade na formação e no planejamento das ações. Todos os profissionais participam e opinam. É importante frisar que o gestor do SCFV é responsável por propor ações de formação para sua equipe de profissionais, para além daquelas previstas pela SMADS.

As atividades previstas são:

- Efetividade das ações do SCFV

Destacam-se aqui as ações características do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para cada ciclo de vida, conforme definido na Tipificação Nacional de Serviços da Rede Socioassistencial, na garantia da proteção social básica;

- Qualificação dos profissionais do SCFV

Devem ser destacadas as ações socioassistenciais relativas à abordagem metodológica vivenciada no cotidiano e às suas atribuições específicas.

- Planejamento, atualização e aperfeiçoamento constantes.

Realização de atividades sistemáticas de capacitação e aperfeiçoamento profissional, tendo-se em vista a PNAS, o SUAS e a legislação vigente.

Metas:

* Realizar reunião mensal com todos os funcionários para subsidiar as ações à luz das normativas pertinentes (SUAS – Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento/MDS e Normativas da SMADS);

* Realizar uma atividade de capacitação no quadrimestre sobre as competências necessárias para o exercício das diversas categorias profissionais que atuam nos SCFV, se possível, de forma categorizada.

* Participar das Supervisões Coletivas organizadas pelo CRAS e

* Participar dos processos de capacitação propostos pela SMADS no Plano Municipal de Educação Permanente.

Dimensão Trabalho no Território

Esta dimensão trata da apropriação do território onde o serviço está inserido, identificando suas vulnerabilidades e potencialidades, entendendo o território como gerador de identidade do trabalho a ser realizado ali.

Apresenta dois eixos norteadores:

* Diagnóstico Territorial:

Neste eixo norteador, o serviço deverá construir o diagnóstico territorial. Para isto, é necessário considerar os indicadores e informações oficiais (Censo IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Índice de Desenvolvimento Humano, Mapa da Vulnerabilidade Social/Fundação SEADE) e também informações coletadas através do contato com os usuários e suas famílias; moradores antigos do bairro; lideranças comunitárias, a fim de identificar a dinâmica territorial, suas potencialidades, vulnerabilidades e desafios.

Para maior efetividade dessa ação, o serviço contará com o auxílio do CRAS de sua abrangência que, com o apoio da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais da SMADS, responsável por prestar as informações às unidades que prestam serviços de Proteção Social Básica ou Especial, irá fornecer as informações que devem subsidiar o processo de planejamento das ações.

Deverá utilizar para esta ação a metodologia da Cartografia2, que é um processo de produção de conhecimento, expresso por um conjunto de informações objetivas e subjetivas acerca do território onde o serviço está inserido. Pressupõe diálogo e combinação entre as experiências, interesses, desejos e saberes de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e as suas possibilidades de criar, inventar e intervir em seus territórios sejam eles do grupo participantes dos serviços ou da comunidade.

O termo cartografia remete a um território espacial e às rotas de navegação, ao lançar-se para o desconhecido, seguindo um sonho, um interesse, um desafio. Tudo o que acontece no espaço que envolve o serviço atravessa a vida dos usuários, dos profissionais, da organização e as afetam com diferentes graus de intensidade, produzindo mudanças no modo de ver e de viver, gerando sensações de diferentes tonalidades: encorajamento, conforto, medo, abalo, frustração, potência. Em todos os acontecimentos, a vida pulsando, em constante movimento, um convite à transformação e a autoconstrução.

A investigação cartográfica quer justamente, captar este movimento, a vida onde ela está acontecendo, nas pessoas e nos grupos com os quais trabalhamos, nos seus territórios, onde elas e eles circulam, vivem, aprendem, vibram, se relacionam, produzem. Aplicada à pedagogia social, torna-se um poderoso instrumento para investigação do universo dos usuários: seus interesses, sentimentos, relacionamentos, para localizar o que pode ser vitalizador, aumentar ou diminuir a potência das aprendizagens, de mudanças significativas nesse universo.

* Articulação com o CRAS, com a rede socioassistencial e com a rede intersectorial

Atividades que demonstrem de que modo o serviço está referenciado ao CRAS e como é feita a articulação com a rede socioassistencial do território e a rede intersectorial. A implementação das ações socioeducativas no campo da Assistência Social pressupõe uma série de articulações intersectoriais, a fim de garantir a proteção integral a todos que dela necessitarem.

Deve-se guiar pela ótica da participação entendida como o direito de participar na tomada de decisões e o direito à liberdade de expressão, o acesso à informação e a liberdade de associação. Visto desta perspectiva, a participação implica ir além e acima do nível local de processo de consulta para garantir a participação dos agentes sociais nos mais amplos sistemas de tomada de decisão formais e informais. Isso inclui ampliar e representar as vozes, interesses e necessidades e fortalecê-los para que reivindiquem seus direitos e mantenham suas instituições responsáveis nas decisões que afetam seus modos de vida (PLESSMAN, 2013).

Metas

* Estabelecer interlocução com os demais serviços através da divulgação do serviço por meio da participação em fóruns, redes etc.

* Realizar no mínimo uma atividade anual, envolvendo os usuários, suas famílias e a comunidade, que possibilite identificar os desafios e potencialidades do território para a execução do serviço;

* Publicizar a grade de horários para atendimento das demandas encaminhadas pela rede socioassistencial e intersectorial.

Dimensão: Trabalho com os Usuários

A organização e o funcionamento das ações do SCFV na modalidade Circo Social com os usuários iniciam-se com as atividades de planejamento, que é uma ferramenta utilizada para estudar as situações, prever limites e possibilidades, propor objetivos e definir estratégias. O planejamento deve ser um processo participativo, coletivo, grupal, tendo a participação de todos os atores envolvidos: a equipe de organização formada pelos profissionais do quadro de RH, os beneficiários da ação, usuários e suas famílias e os parceiros do território. Visa garantir padrão de qualidade das ações, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela SMADS e aprovadas pelo COMAS.

Podemos definir ações socioeducativas como sendo aquelas que concretizam o atendimento integral e se dão por meio do entrelaçamento da proteção social às características das práticas educacionais e culturais. Desta forma, o termo socioeducativo é o que qualifica a ação, propiciando um campo de aprendizagens voltado para o desenvolvimento de capacidades substantivas e de valores éticos, estéticos e políticos. As aprendizagens socioeducativas constituem-se pela ação e na ação. A apropriação e a expansão de conceitos, atitudes, valores e competências pessoais e sociais ocorrem em contextos intencionais, quando necessidades e propósitos de aprendizagem são significativos, partilhados pelos envolvidos e apresentam sentidos reais.

A proposta socioeducativa do SCFV na modalidade Circo Social entrelaça o conceito da pedagogia dialógica de Paulo Freire com as artes circenses.

A pedagogia dialógica pressupõe uma horizontalidade entre o usuário e os profissionais do serviço. No SCFV na modalidade Circo Social o processo ensino-aprendizagem deve ocorrer por meio de diversas estratégias: troca contínua de saberes entre profissionais e usuários, experiências vivenciadas, pesquisas, vídeos, entre outras.

O diálogo que os une está alicerçado na recorrente prática de desenvolver discussões baseadas em temas geradores como amplamente proposto pelo método de Paulo Freire. Esses temas são geralmente interligados às manifestações culturais populares relacionadas ao contexto cotidiano dos usuários e se tornam o ponto de partida de pesquisas temáticas desenvolvidas para criação dos espetáculos.

Outro ponto da teoria de Freire que encontra suporte na natureza do SCFV na modalidade Circo Social está em envolver na práxis pedagógica o conceito de diferenças, independentemente de que sejam elas ligadas à subjetividade, às questões de classe, gênero, etnia ou culturais. Fundamenta-se na relação dos elementos intrínsecos das atividades circenses com o jeito de ser, interesses e necessidades dos usuários. O circo é lúdico e atua diretamente com o corpo, propondo constantes desafios, os quais devem ser superados levando-se em conta a segurança física dos usuários e o respeito aos limites de cada um.

As técnicas circenses são fundamentalmente ações corporais, por isso podemos identificar os seguintes conteúdos:

- Domínio e consciência corporal: desenvolvimento da percepção corporal, reconhecimento e identificação dos processos e movimentos corporais, internos e externos, respeitando os limites do próprio corpo. O usuário deverá ser capaz de perceber seu corpo com precisão e mobilizá-lo de múltiplas formas de seu espaço pessoal.

- Domínio do corpo em deslocamento e manipulações: diz respeito às relações da pessoa face ao espaço e aos objetos. O usuário deverá ser capaz de controlar diversas formas de deslocamento e manipulação de objetos nas mais variadas condições.

- Domínio do corpo em contato com o outro: O usuário deverá explorar suas possibilidades de ação em situações de cooperação com o outro e utilizá-la como forma de comunicação e expressão.

A seguir apresentamos os eixos norteadores para o trabalho com os usuários no SCFV na modalidade: Circo Social: Convivência, Participação Cidadã e Direito de ser.

Convivência Social: Este eixo trata dos aspectos ligados aos espaços de convivência e seu potencial de viabilização da superação das vulnerabilidades sociais mediante o processo de construção e fortalecimento dos vínculos relacionais e de pertencimento que promove a proteção e a garantia de direitos. Trata também dos aspectos relacionados às contradições e aos conflitos que permeiam as relações de convivência familiar e comunitária, e como estes interferem na construção e no fortalecimento de vínculos. Entende-se que os vínculos devem ser de solidariedade, acolhimento, construção de valores coletivos e da possibilidade de reconhecimento e respeito às diversidades de condições individuais. Além disso, esse eixo tem como referência os processos de integração e autonomia do sujeito enquanto ser social, com foco especial no fortalecimento da capacidade protetiva da família, em suas relações, na convivência comunitária e nos vínculos sociais.

As atividades socioeducativas devem permitir que os usuários reconheçam-se como indivíduos, independentemente da diferença etária existente entre eles e ainda propiciar o entrosamento, a solidariedade e a afetividade entre as diferentes faixas etárias, tendo presentes as necessidades particulares dos mais velhos e dos mais jovens.

Participação Cidadã – Este eixo tem caráter democrático e descentralizador, e reconhece o usuário como sujeito de direito em formação e com efetiva participação no mundo público. A formação para a cidadania supõe a sensibilização e o desenvolvimento da percepção dos usuários sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos, a apropriação de seus direitos de cidadania e o reconhecimento de deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de seus interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público.

Nos SCFV a participação é um meio e é um fim. É um meio ao se criarem condições para que os usuários se tornem sujeitos do processo socioeducativo e assumam papel destacado na decisão, organização, execução e avaliação das ações socioeducativas, instituindo-se a gestão compartilhada do “fazer socioeducativo” entre os usuários e os profissionais do serviço. A participação é um fim, ao se fornecerem insumos e instrumentos que possibilitem aos jovens desenvolverem experiências estruturantes de ações coletivas de interesse público na comunidade e imprimirem visibilidade pública aos seus anseios, interesses, demandas e posicionamentos como cidadãos, sujeitos de direitos.

A participação cidadã, para além da convivência social e do reconhecimento de direitos, visa ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens que resultem na sua atuação crítica, protagônica e transformadora na vida pública, no exercício de uma cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos e comprometida com a democracia.

Direito de ser

O “direito de ser” estimula o exercício da infância, da adolescência, da idade adulta e das pessoas idosas de forma que as atividades do SCFV devem promover experiências que potencializem a vivência desses ciclos etários em toda a sua pluralidade. Tem como subeixos: direito a aprender e experimentar; direito de brincar; direito de ser protagonista; direito de crescer; direito de ter direitos e deveres; direito de pertencer; direito de ser diverso; direito à comunicação.

Organização dos grupos:

O trabalho a ser realizado com usuários inicia-se com a formação dos grupos e torna-se importante ressaltar que na dinâmica da rotina de atendimento no SCFV modalidade Circo Social, os grupos devem ser organizados de modo a permitir tanto a aprendizagem da técnica quanto a segurança e a integridade física dos usuários. Dessa forma o número de participantes por grupo irá depender do tipo de especialidade circense, do grau de dificuldade, do risco envolvido.

Contudo é necessário ressaltar que o SCFV modalidade: Circo Social deve realizar diariamente o atendimento de 200 usuários por período, de forma contínua ou intermitente.

O serviço deverá apresentar no momento da entrega do plano de trabalho as seguintes informações:

* Rotina de Atendimento com horários e atividades

* Grade de Atividade Semanal Atendimento

* Quadro que apresente o atendimento contínuo e intercalado, com a divisão da proporção adulto x usuário por dia da semana e totalizando 200 atendimentos dia.

Outro ponto importante a salientar na organização e funcionamento dos grupos é a formulação de um Pacto de Combinados. Esta formulação deve oferecer a oportunidade de uma nova experiência individual e coletiva. E ainda considerar as diferenças etárias dos usuários e as formas de expressão mais apropriadas para cada um, sendo possível utilizar instrumentos facilitadores por meio da arte, da música, das brincadeiras, dos jogos colaborativos e demais formas de comunicação que sejam compartilhadas. Ele deve, sobretudo, ser um processo de construção participativo.

A construção do Pacto de Combinados tem como princípios básicos a participação, o diálogo e o compromisso e tem por objetivos:

* receber e acolher os usuários, criando vínculos solidários entre os participantes;

* criar um ambiente agradável, que favoreça o estabelecimento de vínculos entre os Profissionais dos SCFV e usuários, bem como em relação às suas identidades;

* estabelecer o sentimento de pertencimento ao Grupo;

* motivar e mobilizar os usuários para a participação;

* apresentar e contextualizar as ações dos SCFV;

* identificar expectativas quanto às ações oferecidas pelo Serviço;

* estabelecer o compromisso individual e coletivo com a participação, pontualidade e frequência;

* construir democraticamente princípios e regras de funcionamento do Grupo;

* identificar o conjunto de ações e temas de interesse que poderão ser realizados pelo Grupo. .

Como sugestão para o processo de elaboração do Pacto de Combinados é possível considerar as seguintes etapas:

* Etapa 01 – organização do tempo e do espaço;

* Etapa 02 – reunião dos participantes;

* Etapa 03 – definição dos compromissos preliminares;

* Etapa 04 – proposição dos compromissos do Pacto;

* Etapa 05 – mediação;

* Etapa 06 – redação e aprovação da proposta final do Pacto.

Na construção do Pacto de Combinados é necessário, inicialmente, firmar compromissos preliminares entre os participantes, em especial no tocante a:

* sigilo: garantir que as conversações e os debates realizados serão mantidos sob sigilo entre os participantes;

* liberdade de expressão: os participantes comprometem-se a expressar-se com liberdade e tranquilidade, respeitando o espaço de expressão de todos;

* direito de ser escutado: os participantes comprometem-se a escutar os demais;

* compromisso com o diálogo: os participantes comprometem-se a falar de suas dificuldades e conflitos e de suas vivências com relação a estes, inclusive de superação;

* voluntariedade: esclarecer que a participação na construção do Pacto é um processo voluntário e que visa democratizar o estabelecimento de regras e princípios para melhor convivência entre todos;

* pontualidade: explicitar que a pontualidade é forma de garantia da participação de todos de forma respeitosa e indispensável para o êxito da atividade.

2. Tipos de atividades

As atividades propostas para o SCFV na modalidade Circo Social, devem ser flexíveis e organizadas a partir dos interesses e necessidades dos usuários, porém é importante que seja prevista a execução de atividades de recreação e ao ar livre, atividades coletivas, atividades artísticas, atividades culturais e além é claro das atividades próprias ao circo.

Nesse sentido, consideramos importante destacar que as atividades culturais e artísticas se baseiam no conceito de cultura como um termo genérico empregado para significar duas acepções diferentes, a saber: de um lado, o conjunto de costumes, crenças, hábitos e realizações de um povo numa determinada época histórica; e, de outro, tudo o que diz respeito às artes, à erudição e às demais manifestações mais sofisticadas do intelecto e da sensibilidade humana consideradas coletivamente (KNECHTEL, 2005). Assim sendo, cultura é um estilo de vida próprio, um modo particular de vida que todas as sociedades possuem e que caracteriza cada uma delas. Os usuários dos SCFV pertencem a um território que possui uma cultura que deve ser entendida, estudada e compartilhada, por outro lado há uma cultura do mundo que deve ser conhecida, assimilada e reconhecida como sua também. Assim, podemos entender que o desenvolvimento das atividades se dará através das seguintes manifestações: música, teatro, artes plásticas, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc.

Já a prática de atividades recreativas deve ser realizada em um clima e com uma atitude predominantemente alegre e entusiasta. Deve ainda ser um estímulo para a criatividade, um benefício para a formação pessoal e para as relações sociais, dando lugar à liberação de tensões da vida cotidiana, resgatando os valores essenciais à convivência social. A atividade recreativa tem sua essência na organização própria dos jogos e brincadeiras, segundo KISHIMOTO, Tizuko Morchida, o jogo, aqui entendido em seu sentido amplo, ou seja, também denominado como brincadeira, tem por excelência duas funções:

1. Função Lúdica: propicia diversão, prazer e até o desprezar, quando escolhido voluntariamente;

2. Função Educativa: ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo. Há de se ressaltar que os jogos e as brincadeiras podem ser aplicados nas diversas faixas etárias, sem distinção, mas que cada um deles vai sofrer alterações e interferências nos seus procedimentos de aplicação, nos recursos que serão utilizados ou na metodologia de organização e aplicação de suas estratégias.

A oferta das atividades circenses deve proporcionar diversidade cultural, inclusão, autonomia, criatividade, expressão corporal e sociabilidade de forma lúdica além de ser uma ferramenta educativa para trabalhar com os usuários em situação de vulnerabilidade e trazer para os profissionais os desafios de investigar e desenvolver novos parâmetros e paradigmas estéticos para o circo, gerar inovação metodológica de formação para as artes circenses e criar mecanismos capazes de articular a transversalidade das dimensões simbólicas, de cidadania e da cultura do circo.

Também deve apresentar o circo e sua importância histórica como veículo de transmissão de manifestações culturais. Seu caráter itinerante que propiciou a miscigenação de técnicas provenientes de múltiplas matrizes culturais faz do circo uma “linguagem universal” que permite incluir sujeitos que interagem e dialogam na diversidade e em situação de horizontalidade.

Nesse sentido, faz parte deste processo desenvolver valores e capacidades ligadas à prática específica do circo, tais como: superar os próprios limites, saber lidar e enfrentar o risco, melhorar a auto-estima, mútua confiança, a atenção pelos outros e pela segurança, o autocontrole e a disciplina. Existem peculiaridades educacionais ligadas a cada técnica circense que envolve a esfera física, psicológica e social de quem as pratica. Hugues Hotier (2001)3 aprofundou amplamente esse campo de estudos demonstrando a grande importância educacional da atividade circense, assim como a importância da experiência de apresentar um espetáculo de circo ao público. O que se torna importante é que, além desses aspectos ligados ao treino e a prática de técnicas circenses, encontrando relações com a natureza, história e o fazer do circo, é possível também transmitir informações e saberes que podem ser internas ou externas ao contexto dos usuários.

Através das atividades de circo - saltos, piruetas, cambalhotas – espera-se que os usuários não desafiem apenas a gravidade, mas também os problemas e obstáculos da vida,